

A UNESCO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

ADOLFO IGNACIO CALDERÓN, MARIA CAROLINE VARGAS e RODRIGO FORNALSKI PEDRO

1

As ideias expostas no artigo foram discutidas no XVIII Colóquio da Secção Portuguesa da AFIRSE, "Deontologia, ética e valores na educação - Utopia e realidade", realizado na Universidade de Lisboa de 18 a 20 de fevereiro de 2010.

Adolfo Ignacio Calderón

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutorado em Ciências da Educação na Universidade de Coimbra. Docente do Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br

Maria Caroline Vargas

Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Fisioterapia pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestrando em Educação na UTP. vargasbitte@hotmail.com

Rodrigo Fornalski Pedro

Mestrando em Educação na Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em Tecnologias Educacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Docente na Universidade do Contestado e na Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul. r.fornalski@uol.com.br

Observações preliminares

Como afirma Morin (2009), a Universidade é uma instituição transecular e transnacional. Passados mais de 900 anos da fundação da Universidade de Bolonha, considerada a mais antiga de todas elas, pode-se afirmar que a universidade é a única instituição no âmbito planetário que conseguiu manter, ao longo dos séculos, o monopólio da educação em nível superior, legitimando seu papel de instituição irradiadora e produtora do conhecimento.

A Universidade é, no seio de sociedades diversamente organizadas em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autônoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura por meio da investigação e o ensino (MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM, 1988, p. 1).

As discussões sobre o papel e a função social da universidade assumem diversas conotações de acordo com os contextos históricos e as realidades sociopolíticas e econômicas nas quais se inserem. Nelas, se inter-relacionam os diversos modelos de universidade – de pesquisa, de ensino, de serviços e as múltiplas variantes que surgiram e vêm surgindo – com os projetos de sociedade e as diferentes realidades sociais, destacando-se as pressões e as demandas de diversos segmentos da sociedade civil e da sociedade política.

Na América Latina, pela própria especificidade dos países periféricos, as discussões sobre a função social da universidade adquiriram uma forte dimensão política, atreladas não só ao chamado compromisso social com os segmentos socialmente excluídos, com os oprimidos, com “el pueblo” marginalizado, como também ao desenvolvimento social e à ideia de emancipação social.

As discussões em torno do conceito de responsabilidade social da educação superior (RSES) ganharam protagonismo na presente década à reboque das discussões sobre a responsabilidade social empresarial. Especificamente, no Brasil, a RSES entrou na agenda de debate público em 2004, ao ser incluída como uma das dez dimensões de avaliação das IES no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria n.º 2.051, de 9 de julho de 2004.

Tal fato provocou o deslocamento do foco das discussões acadêmicas: da extensão universitária, até então conceito hegemônico quando se discutia a função social da universidade, para o de responsabilidade social.

Considerando que as discussões sobre a função social da universidade ganham matices diferenciados diante das demandas locais e regionais em termos sociais, políticos, econômicos e ideológicos, pretende-se neste artigo analisar a visão que vem ganhando hegemonia no âmbito global a partir do entendimento que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) vem construindo e disseminando sobre a RSES, a mesma visão, que pode ser considerada como síntese em termos de entendimento conceitual em âmbito global, diante das especificidades locais e regionais.

Para tanto, tomaremos como referência analítica os resultados da Conferência Mundial sobre a Educação Superior de 1998 (UNESCO, 1998) e da Conferência Mundial sobre a Educação Superior de 2009 (UNESCO, 2009), ambas realizadas em Paris e promovidas pela Unesco.

RSES: enfoques teóricos predominantes

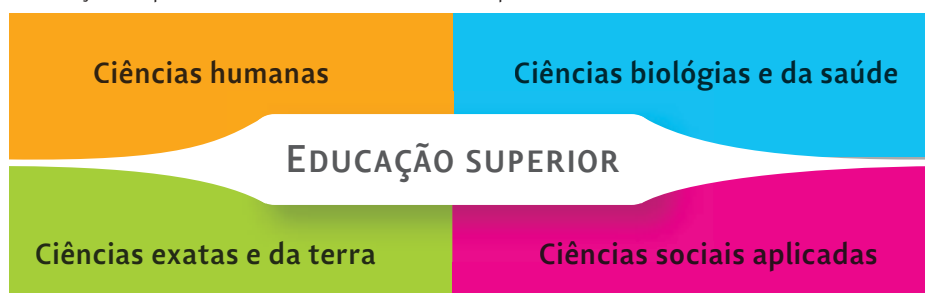
As preocupações teóricas, acadêmicas e científicas sobre Educação Superior, por parte dos docentes e pesquisadores que atuam nas Universidades nas mais diversas áreas disciplinares – sejam estas das Ciências Biológicas e da Saúde, das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Humanas ou das Ciências Sociais Aplicadas – tornaram a Educação Superior uma temática essencialmente multidisciplinar e interdisciplinar, seja para saciar a curiosidade científica, seja para encontrar soluções para problemas específicos da gestão universitária.

O caráter multidisciplinar fica explícito na atuação cotidiana dos docentes universitários que, ao se debruçarem sobre os diversos aspectos da Educação Superior, o fazem de forma compartimentalizada, isolados nos problemas internos dos departamentos, faculdades ou centros existentes por áreas do conhecimento. Como afirma Coimbra (2000, p. 57), é possível verificar-se uma abordagem multidisciplinar sem o estabelecimento de maiores nexos entre áreas disciplinares: “A bem da realidade cotidiana, cada qual continua a ver e tratar o seu objeto com os próprios critérios unidisciplinares, sem preocupar-se com qualquer outro que seja”.

O caráter interdisciplinar se concretiza principalmente no âmbito científico, nos grupos de pesquisas e nos eventos científicos nacionais e internacionais focados na Educação Superior. Verifica-se que tal prática está também, muitas vezes presente, nos macroprocessos da alta administração universitária, na interação entre docentes de diversas áreas disciplinares, responsáveis por encontrar soluções aos problemas gerenciais.

A Educação Superior enquanto temática multidisciplinar e interdisciplinar fica evidente na atitude de muitos pesquisadores e docentes universitários que, embora centrados nos problemas cotidianos, compartimentalizados, acabam bebendo da literatura produzida pelas mais variadas fontes teóricas, por autores de diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, é comum encontrar, nos programas de mestrado e doutorado em Educação, pesquisadores procedentes de diferentes áreas do conhecimento – Direito, Medicina, Música, Fonoaudiologia, Enfermagem, Engenharia, Física, Biologia, entre tantas outras áreas – que procuram nas Ciências da Educação respostas às suas inquietações acadêmicas e científicas.

Figura 1
Educação Superior: uma temática interdisciplinar



Referências Bibliográficas 1/4

ASHLEY, Patrícia; FERREIRA, Roberto; REIS, Helvécio. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: oportunidades para a responsabilidade social na gestão estratégica de instituições de ensino superior. *Revista Gerenciais*, v. 5, p. 23-35, 2006.

BANCO MUNDIAL. O Estado num mundo em transformação. Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, Washington, 1997.

BALDISSERA, Mariana; NORO, Greice de Bem. Responsabilidade social: uma ferramenta para a consolidação da imagem organizacional. In *Anais do IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, SEPE*, Santa Maria, 2007.

BOLAN, Vamor; MOTTA, Márcia. Responsabilidade Social no Ensino Superior. *Revista Responsabilidade Social*, Brasília, Abmes, ano 4, n. 4, p. 7-16, 2008.

BORGES, Maria Creusa de Araujo. A educação superior numa perspectiva comercial: a visão da Organização Mundial do Comércio. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 25, n.1, p. 83-91, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. Brasília: Inep, 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade Social da Educação Superior. Da tradição universitária à estratégia de marketing e normatização estatal. *Revista Diálogos*, Brasília, v. 9, p. 45-50, 2008.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. *Estudos*, Brasília, n. 34, p. 13-27, 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PESSANHA, Jorge; SOARES, Vera Lúcia. Educação Superior. Construindo a extensão nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007. 77 p.

Assim, a interdisciplinaridade ganha concretude quando pesquisadores, docentes e estudantes de diferentes áreas disciplinares estabelecem um diálogo entre eles, discutem, debatem, geram conhecimento, sem deixar de lado seus próprios métodos de pesquisa e abordagens científicas, visando a compreender determinados problemas e fenômenos educacionais, como por exemplo, o entendimento do que seria a RSES.

Ao abordar a questão da RSES constatamos a existência de seis enfoques teóricos predominantes, nos quais a interação interdisciplinar é sua essência:

- *Enquanto tradição universitária*, a RSES é apontada como elemento inerente à universidade e como parte do seu DNA, tem como foco as discussões sobre a função social da universidade, do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, não se trataria de uma discussão resultante de influência do mercado e do Terceiro Setor. Pelo contrário faria parte das discussões históricas da universidade.
- *Enquanto tendência do mercado*, a RSES é abordada como reflexo da mercantilização da educação e da gestão empresarial das IES. Nesse caso, seria uma estratégia de diferenciação no mercado educacional, influenciando estratégias de publicidade, marketing e propaganda, não sendo reflexo necessariamente da uma prática real, séria e consistente.

Figura 2
Responsabilidade da Educação Superior: múltiplos enfoques teóricos



- Enquanto *normatização estatal*, destaca-se a dimensão jurídica da RSES ao ser incorporada na legislação que institui o Sinaes. Sustenta-se, entre outros aspectos, no aprofundamento dos compromissos e nas responsabilidades sociais das IES, cujo princípio fundamental é a responsabilidade social com a qualidade da educação superior.
- Enquanto *estratégia de gestão das organizações*, constata-se múltiplas leituras e perspectivas nas quais se destacam as tentativas de aplicar às universidades estratégias utilizadas no âmbito da gestão das organizações. Alguns autores demonstram preocupações diferenciadas com: a) a governança institucional (BOLAN; MOTTA, 2008); b) os instrumentos de gestão estratégica como o balanço social (TISOTT, 2005); c) as estratégias de

Referências Bibliográficas 2/4

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In PHILIPPI JR, Arlindo (org). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

CURY, Ricardo; TOMIELLO, Naira. Sistema de logística reversa e responsabilidade social universitária: um exercício interdisciplinar. RACE – Revista de Administração do CESUSC, 2007.

HAAS, Célia Maria. Responsabilidade Social da Educação Superior (RSES): uma abordagem na perspectiva do diálogo interdisciplinar. Revista Responsabilidade Social, Brasília, Abmes, ano 4, n. 4, p. 7-16, 2009

JIMÉNEZ DE LA JARA, Mónica; FONTECILLA, José Manuel; TRONCOSO, Catalina Delpiano. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. Estudos, Brasília, DF, ano 24, n. 36, p. 57-73, mar. 2006.

JOSPIN, Lionel. La educación superior y los retos del nuevo milenio. Diálogos, n. 25, p. 5-6, México, Unesco, 1998.

JULIATTO, Clemente Ivo. A responsabilidade social da universidade: uma característica e um compromisso ético da PUC-Pr com a comunidade. In Anais do IV Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul, Florianópolis, dezembro, 2004.

MAGNA CARTHA UNIVERSITATUM. Disponível on-line em [http://www.magna-cartha.org/pdf/mc_pdf/mc_portuguese.pdf]. Acesso em 23/11/2009.

MAYOR, Federico. La educación superior y los retos del nuevo milenio. Diálogos, n. 25, p. 3-4, México, UNESCO, 1998.

MORIM, Edgar. Sobre a Reforma Universitária. In: ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs.). Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez Editora, 2009. 104 p.

marketing (WRASSE, 2004); d) a imagem organizacional (BALDISSERA; NORO, 2007); c) a gestão sustentável (CURY; TOMIELLO, 2009; SILVA, 2009) e f) os indicadores de avaliação e qualidade (SILVA; CARVALHO, 2009; ASHLEY; FERREIRA; REIS, 2006; PINTO, 2008).

- *Enquanto valores para o desenvolvimento humano.* Predomina a visão de que a Universidade por meio do ensino, da pesquisa, da extensão universitária e da sua gestão deveria se constituir espaço irradiador de valores de cidadania e solidariedade visando a obter um novo padrão de desenvolvimento orientado para a sustentabilidade (JIMENEZ et. al., 2006; JULIATTO, 2004). Esta abordagem envolve discussões sobre diversos aspectos do fazer universitário, preponderantemente no cuidado com a estruturação dos projetos pedagógicos e as matrizes curriculares (HAAS, 2009; VILLAR, 2009).
- *Enquanto projetos sociais extensionistas.* Identifica-se a RSES com a valorização dos projetos extensionistas no âmbito atividade acadêmica com uma acentuada rejeição aos projetos assistencialistas (SILVA, 2000). Neste enfoque se enquadram múltiplas abordagens, tais como: os projetos extensionistas como ações de responsabilidade social universitária, semelhantes às ações no mundo empresarial envolvendo a ideia do fortalecimento da imagem no mercado; a extensão universitária como compromisso social com os setores socialmente excluídos; e a extensão universitária como meio de colocar o ensino, a pesquisa e a extensão para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Unesco: a responsabilidade social em questão

No discurso de inauguração da Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada em Paris, em 5 de outubro de 1998, Federico Mayor, Diretor Geral da Unesco, diante dos representantes dos diversos países presentes, expôs a tese-chave da organização qual seja: “ninguém, nenhuma pessoa deve se sentir condenada a um exílio do mundo da aprendizagem durante toda sua vida, este é um assunto de dignidade humana, é um assunto de verdadeira democracia” (MAYOR, 1988).

No discurso de Mayor, ficou evidente que o ensino superior, enquanto espaço de formação, deverá estar orientado por um projeto político amparado na democracia, no respeito aos direitos humanos, na tolerância, no respeito à diversidade cultural e na preservação do meio ambiente.

Pode-se afirmar que na Conferência Mundial sobre a Educação Superior (CMES-1998) o conceito de “responsabilidade social” da Educação Superior não foi trabalhado de forma aprofundada. No entanto, apesar de ter sido mencionado uma única vez no texto final, pode-se ter uma noção do entendimento subjacente à época.

O termo RSES é utilizado ao afirmar que a gestão do ensino superior “se constitui responsabilidade social de primeira ordem e pode se reforçar de maneira significativa por meio do diálogo com todos os que participam sobretudo com os professores e estudantes” (UNESCO, 1998, p. 29).

O documento considera que o objetivo principal da gestão deveria ser o “ótimo cumprimento da missão institucional, garantindo um ensino, formação e pesquisa de grande qualidade e prestando serviços à comunidade” (idem.). Isto “exigiria uma

Referências Bibliográficas 3/4

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos Humanos. Disponível on-line em [http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php]

PINTO, Maira Meira. Responsabilidade social universitária como indicador de qualidade para o ensino superior? In: VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2008, Curitiba. Anais do VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE: formação de professores. Curitiba: Champagnat, 2008.

SAINT-PIERRE, Celine. La educación superior y los retos del nuevo milenio. Diálogos, n. 25, p. 7-9, México, UNESCO, 1998.

SANTOS, Carlos Roberto. Universidade: da crise à emancipação. In: DORIA, Francisco Antônio. A crise da universidade. Rio de Janeiro, Revan, 1998.

SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: Editora da UFPR, 1992. 98 p.

SGUISSARDI, Valdemar. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições?. In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). Universidade brasileira no século XXI. Desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009. p. 55-77.

SILVA, Carmen; CARVALHO, Vera. A Responsabilidade Social no Ensino Superior: da origem ao cotidiano educacional. Revista Responsabilidade Social, Brasília, n. 4, p. 7-16, 2009.

SILVA, Ines Amaro. Responsabilidade social e sustentabilidade na universidade. A elaboração de políticas institucionais como estratégia. In: Anais do Global Fórum – América Latina, novembro, Curitiba, 2009. Disponível on-line em [http://www.congresso.globalforum.com.br/arquivo/2009/artigos/]

direção no ensino superior que combine visão social com a compreensão dos problemas mundiais e com as competências de gestão eficazes” (idem.).

Como pode ser observado, predomina a visão da responsabilidade social como o cumprimento da missão institucional, com uma estrutura gerencial necessária para atingir os objetivos institucionais, isto é, ensino, pesquisa e serviços à comunidade, ressaltando-se o papel das IES na formação do aluno como cidadão responsável e transformador, preocupado com a busca de soluções aos problemas que afligem a sociedade.

Esta visão de RSES resgata a essência da natureza pública das IES, à medida que a primazia da qualidade rejeita as práticas existentes no mercado educacional direcionadas ao estelionato acadêmico, na qual prima o lucro em detrimento da qualidade.

Convém registrar que o repúdio a qualquer tentativa de mercantilizar o ensino superior ou considerá-lo como uma mercadoria ficou evidente na corrente que se formou entre importantes lideranças mundiais da época durante o CMES-1998, como por exemplo, a de Lionel Jospin (1998, p. 6), então primeiro ministro da França. Tal corrente rechaçou a concepção mercantil segundo a qual a educação superior deveria ser determinada pelo mercado – “qualquer estudante com capacidade deve ter acesso aos estudos, independentemente de sua origem e de sua condição social”. De forma semelhante, Céline Saint-Pierre (1998), presidente do Conselho Superior da Educação de Quebec, considerou que o ensino superior deveria ser definido como um serviço público e não como uma empresa orientada pelas leis do mercado, desviando-se da lógica mercantil e buscando preservar a preponderância do financiamento público para evitar o risco de que as universidades se transformem em pequenas empresas ou em transnacionais do saber e da formação.

Como reflexo dessa corrente, ficou registrado no documento final da CMES-1998, que “o Estado conserva uma função essencial nesse financiamento” (UNESCO, 1998, p. 29). Defender o financiamento como função essencial do Estado representou uma postura diametralmente oposta daquela defendida pelo Banco Mundial, qual seja a de que os países deveriam transferir essa responsabilidade para o setor privado e se focar na educação básica e outras áreas prioritárias, aproveitando as oportunidades que oferece o mercado (SGUIDDARDI, 2009). Para o Banco Mundial (1997), no relatório *O Estado num mundo em transformação*, o Estado ao concentrar seus gastos em áreas como a educação superior tende a perpetuar as desigualdades sociais, beneficiando desproporcionalmente os ricos.

Uma análise comparativa entre os documentos gerados na CMES-1998 e na CMES-2009, permite observar algumas nuances discursivas em torno da questão da responsabilidade social da educação superior.

Diferentemente da CMES-1998, em que a RSES foi relacionada com a gestão universitária e o cumprimento da missão institucional das IES, a CMES-2009 optou por vincular a RSES ao avanço do conhecimento e à busca de soluções aos graves problemas de escala planetária: segurança alimentar, mudanças climáticas, uso consciente da água, diálogo intercultural, fontes de energia renovável, saúde pública.

Com um tópico específico, intitulado a RSES, no documento final da CMES-2009, afirma-se que as IES por meio de “suas funções principais (pesquisa, ensino e serviços comunitários)” devem aumentar o foco interdisciplinar e promover o pensamento crítico e a cidadania ativa. Acredita-se que isto contribuiria para o desenvolvimento sustentável, a paz, o bem-estar e a realização dos direitos humanos, incluindo a igualdade entre os sexos. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância

Referências Bibliográficas 4/4

E2009_T00091_PCN46495.pdf]. Acesso em 23/11/2009. Abmes, ano 4, n. 4, p. 7-16, 2009

SILVA, Maria das Graças Martins da. Universidade e Sociedade: cenários da extensão universitária. In Anais da 23ª. Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu, 2000.

TISOTT, Sirlei Tonello. Balanço Social: uma experiência consolidada na Fidene/Unijuí. In: V Colóquio Internacional de Gestão Universitária da América do Sul, 2005, Mar Del Plata, 2005.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009: As novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Unesco, Paris, 2009

UNESCO. Declaración Mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción. Diálogo, n. 25, p. 26-29, México, 1998.

VILLAR, Javier. Responsabilidad social universitaria: nuevos paradigmas para una educación liberadora y humanizadora de las personas y las sociedades. Revista Responsabilidad Social, Brasília, Abmes, ano 4, n. 4, p. 7-16, 2009.

WRASSE, Carlos Laércio. Responsabilidade social do marketing: um estudo das instituições de ensino superior privadas do oeste do Paraná. Mestrado em Administração, Fundação Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.

do ensino “para a educação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, com a defesa dos direitos humanos e com os valores de democracia” (UNESCO, 2009, p. 2).

Aspectos gerenciais são abordados de forma sucinta para ressaltar a existência no âmbito da educação superior de instituições com missões diferentes, recomendando a necessidade de mais informações, franqueza e transparência em relação à cada instituição, incluindo o desempenho institucional, defendendo-se a autonomia institucional e a liberdade acadêmica como exigências para satisfazer as missões institucionais, por meio da qualidade, relevância, eficiência, transparência e responsabilidade social.

Observações finais

Nos dois documentos analisados pode-se visualizar um mesmo fio condutor que possui duas dimensões claramente definidas – uma pragmática e outra utópica.

A dimensão pragmática vincula a RSES à gestão universitária, direcionada ao cumprimento da sua missão institucional, isto é, a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e serviços comunitários.

O foco principal considera que o norte da gestão da universidade deve ser a qualidade e não o lucro. Nesse sentido, o discurso da Unesco se foca na dimensão pública do ensino superior, o que não deve significar uma visão estatizante da educação superior.

Deve-se ressaltar que o documento final da CMES-2009 reflete o rumo que a Educação Superior está seguindo a partir das orientações neoliberais. Isso fica claro ao constatarmos que, se na CMES-1998 o financiamento do Estado era “função essencial”, na CMES-2009, a Educação Superior tornou-se responsabilidade de todos os governos, devendo receber deles “suporte econômico” (UNESCO, 2009, p. 1), ou seja, de “função essencial” houve uma mudança para o “suporte econômico”.

A CMES-2009 aceita todos os requisitos necessários para o funcionamento dos mercados educacionais. Embora não utilize em nenhum momento esse termo, é destacado que o “financiamento privado deve ser estimulado” e aceita como realidade dada a diversificação institucional, bem como elementos fundamentais para o funcionamento dos mercados: transparência nas informações sobre o desempenho das IES.

No entanto, diante de um cenário altamente competitivo e de um mercado de ensino superior cada vez mais em expansão em nível global, a Unesco levanta uma bandeira: a luta contra as IES somente preocupadas com o lucro em detrimento da qualidade.

A dimensão utópica do discurso da Unesco fica explicitada à medida que levanta bandeiras consideradas progressistas no âmbito planetário. Nega-se uma realidade de exclusão, violência e degradação ambiental em escala planetária e levantam-se bandeiras utópicas, atribuindo às IES a responsabilidade de contribuir, por meio de suas atividades universitárias (pesquisa, ensino e serviços à comunidade), para a superação da realidade negada e a construção de novas utopias, isto é, a compreensão e busca de soluções para os problemas globais e a concretização de bandeiras planetárias – democracia, paz, sustentabilidade ambiental e defesa dos direitos humanos.